

## Trajelórias, mobilidade social e comércio no Atlântico no século XVIII: o padre angolano Lourenço da Costa de Almeida e seus familiares

Trajectory, social mobility and slave trade in the Atlantic in 18th century: the angolan priest Lourenço da Costa de Almeida and his family

**Júlia Porphirio Orioli**  
Mestre em História  
Universidade de Brasília  
juliajpo@gmail.com

**Recebido em:** 30/04/2018

**Aprovado em:** 18/11/2018

**Resumo:** O presente artigo visa retratar o caso do Padre Lourenço da Costa de Almeida e sua família para, a partir dele, compreender a dinâmica familiar, as conexões culturais e o envolvimento dos religiosos no comércio de escravos. Por meio de testamentos, habilitações, mercês e documentos referentes ao religioso e seus parentes. Com familiares morando na Bahia e em Luanda, o padre insere-se na lógica mercantil escravocrata como um braço da empresa familiar em África. Seus parentes fizeram fortuna como militares em terras angolanas e participantes do comércio de africanos escravizados. Parte dos parentes migrou para a Bahia, onde adquiriu terras, títulos, como habilitações da Ordem de Santiago, Ordem de Cristo, provedor da Alfândega, e cargos na Fazenda Real. Através dos vestígios da trajetória deste padre e de seus familiares somos capazes de compreender a complexidade do tráfico de escravos no Atlântico e as fortunas formadas através do comércio de escravos que criam uma elite luso-africana com influência em Angola e na Bahia.

**Palavras-Chave:** Escravidão, Igreja Católica, História do Atlântico, Angola.

**Abstract:** The article research the participation of the Angolan priest Lourenço da Costa de Almeida and his family in the Atlantic slave trade, in the 18th century, and the connections between his family and the many location of the ocean. His parents lived in Bahia and Luanda and formed a slavery enterprise, the priest were in the slavery mercantile logic been part of this enterprise in Africa. His parents made fortune in the military service in Angola and in the slave trade. A section of his parents moved to Bahia were they acquired lands and titles. Through of the trace elements of the priest Lourenço and his family we are able to know the complexity of the slave trade in the Atlantic and the fortunes made by this trade that made a luso-African elite with influence in Angola and Bahia.

**Keyword:** Slavery, Catholic Church, Atlantic History, Angola.

A partir das expansões marítimas o globo alterou-se. O mundo ocidental passou a girar em torno do oceano Atlântico, onde as economias e culturas transformaram-se. O europeu, o americano e o africano ocuparam outros lugares além de seu continente de origem e disseminaram suas culturas pelo globo. Surgiu uma nova ordem ocidental gerida por uma economia de mundo, ou seja, a produção deixou de ser local e espalhou-se, no sentido de complementaridade – uma localidade produzia uma mercadoria, outra uma diferente e essas seriam trocadas e espalhadas pelo globo, de tal maneira que sedas chinesas foram trocadas por escravos no interior da África, escravos foram trocados por ouro no Brasil, onde produziam o açúcar que era distribuído na Europa (BAYLIN, 2009, p.8).

No processo de trocas transatlânticas, não circularam somente produtos, também desembarcaram pessoas, plantas, doenças, costumes, línguas, culturas, literatura e ideias. A vida nos portos transformou-se, o que fez surgir uma comunidade presente em várias outras cidades e que circulou pelo oceano. Nesse novo contexto atlântico, o africano tornou-se um dos agentes mais importantes para o funcionamento das relações.

As mudanças que ocorreram devido ao início das navegações no Atlântico despertaram a curiosidade de estudiosos ao longo dos séculos. Os pesquisadores buscaram, e ainda buscam entender, essas novas conexões atlânticas a partir desse período. Eles se preocuparam com as interações comerciais, sociais, culturais e linguísticas. As pesquisas geraram um campo nas Ciências Sociais e Humanas: os Estudos Atlânticos e a História Atlântica.

Os primeiros estudos sobre o Atlântico datam de 1870, quando pesquisadores do Império Britânico debateram sobre as relações entre a Inglaterra e as Américas. Entretanto, foi somente a partir de 1960, com a inauguração do primeiro departamento de História Atlântica, na John Hopkins University, que a História Atlântica se concretizou no meio universitário como campo de estudos para além da perspectiva geográfica, apresentando conceitos e grupos de pesquisa específicos (GREENE; MORGAN, 2009, p.3).

No período entre 1950 e 1970, a economia foi o principal objeto dos historiadores que pesquisavam sobre o Atlântico, porém não foi o único da geração pós-guerra – os historiadores também discutiram as políticas. O problema dessas análises iniciais sobre o Atlântico é que esses autores discutiram o Atlântico em perspectiva europeia, esquecendo os africanos e americanos, que foram essenciais para economia atlântica (THORNTON, 2009, p.2).

Nas décadas de 1970 e 1980 a História Atlântica se consolidou, os autores passaram a diversificar o campo de estudo, antes muito voltado à troca de produtos e passaram a debater sobre as formações linguísticas e culturais no Atlântico. Atualmente, além do aumento nos objetos de pesquisa da História Atlântica o enfoque alterou-se, africanos e americanos passaram a ser essenciais na constituição da região.

Os religiosos envolvidos no comércio de escravos representavam essas relações móveis estabelecidas no Atlântico. Eles se inseriram em um contexto ligado às várias margens do oceano, de tal maneira que apresentavam relações sociais, comerciais e pessoais no Brasil, em Portugal e em Angola. Também eram indivíduos nascidos na África, descendentes de portugueses e/ou africanos, com uma conexão com as culturas de todos estes lugares, o que fez deles intermediários culturais. O entendimento da História Atlântica neste contexto é fundamental para a concepção destes sujeitos, que circulavam pelo Atlântico via missões religiosas e comércio de escravos.

A inserção da Igreja Católica na lógica mercantilista portuguesa se dá principalmente com a outorga, em 1452, da Bula Dum Diversas, que reconhecia aos portugueses e espanhóis o direito exclusivo de explorar as terras “descobertas”, reduzir os pagãos à escravatura, criar missões católicas e fundar Igrejas nas regiões (ABRAMOVA, 1981, p.20; MIRA, 1983, p.44). O poder concedido pelo papa para o rei de Portugal originou a outra ordem papal que instituiu o padroado. Essa instituição permitia ao monarca criar Igrejas e ser responsável pelas missões em suas áreas de influência, ficava a cargo do governo a criação e a manutenção das missões nas suas regiões de relacionamento; em consequência, a bula papal dava ao monarca o dever de pagar a remuneração dos religiosos e proporcionar locais de domínio a eles. No significado completo da palavra, Portugal ficou encarregado de proteger a Igreja fora da Europa e, em troca, ganhou apoio e sacralidade (AZZI, 1987, p.46-49).

Com a promulgação da Bula, Portugal controlou o clero: os religiosos só podiam investir em regiões depois da autorização do rei; a Coroa também podia proibir a publicação de Bulas pontífices. Funcionando sobre esse regimento, a religião tornou-se aparato para a expansão do poder português (ALENCASTRO, 2002, p.23). A união entre Portugal e a Igreja foi a base da evangelização em Angola.

Dessa maneira, a Igreja Católica penetrou na África e mais especificamente em Angola. No entanto, a conversão dos africanos foi diferente de outros lugares. Os povos que habitavam as regiões hoje conhecidas como Congo e Angola tendiam a aderir à religião, dependendo dos seus interesses. Caso eles quisessem apoio português para alguma guerra, eles facilmente se convertiam. Todavia, caso

os portugueses fossem os inimigos, eles negavam a fé católica e continuavam a cultuar seus próprios deuses. Os africanos da África Central Ocidental não abandonaram suas crenças e costumes; muitas vezes, adaptaram-nas para lhes garantir status em suas próprias sociedades ou na luso-africana, que se formou nas cidades portuárias.

O clero regular, composto por europeus, era minoria e subsidiado pelo governo português, bem como, ganhava mais. O clero secular recebia muito menos e era composto em sua maioria por africanos e luso-africanos que buscavam na carreira religiosa a ascensão social. No entanto, essas diferenças de remuneração e os altos lucros gerados pelo comércio de escravos os atraíam para os negócios transatlânticos. Além de comercializar escravos os padres também poderiam se envolver com ofícios relacionados aos ganhos com o comércio de africanos delegados a eles através do padroado, como o batismo e a carimbação dos cativos.

Os padres seculares naturais de Angola eram importantes instrumentos para a inserção da Igreja Católica em terras africanas. Eles dominavam a cultura, as línguas locais, o que os portugueses tinham grande dificuldade de compreensão (MARCUSSE, 2012, p.43-44). Segundo Teresa Lacerda:

Os sacerdotes nascidos no «além-mar», quer os que não tinham qualquer ligação ao «Velho Mundo», quer os filhos de pais portugueses, estavam sujeitos às influências culturais e religiosas autóctones. Na mente dos decisores religiosos europeus havia clara consciência que a aceitação destes elementos nas fileiras sacerdotais implicava uma hibridação do próprio Cristianismo por mais doutrinado que fossem, estes missionários estavam sempre subordinados a um extracto cultural não europeu, o que tinha implicações directas na interpretação da mensagem e nos rituais. (2016, p.214-215)

Os padres nascidos na África supriam a escassez de religiosos. Poucos padres queriam ir para a região que foi considerada insalubre pelos europeus. A formação de clérigos naturais é parte importante na formação de um catolicismo africano, que uniu a cultura africana com elementos do cristianismo. Muitos deles eram filhos de sobas, lideranças africanas, ou faziam parte da elite luso-africana que dominava a região de Angola. Eles eram instruídos para exercer o cargo porque tinham facilidade com as línguas locais, pois, muitas vezes, as aprendiam desde pequenos, o que os fazia dispensar tradutores em sermões e confissões. Os padres nascidos em Angola também tinham relação direta com a cultura africana, o que facilitava a aproximação com as sociedades da região, além de morrerem menos de doenças características da zona tropical (MARCUSSE, 2012, p.43-48). Por essa razão, durante o período inicial da ocupação portuguesa, construíram dois seminários: um em São Tomé e outro em Cabo Verde.

Em Angola não foi criado seminário, no entanto, Portugal tinha interesse no intercâmbio de africanos. Havia projetos de criação de um seminário na Europa para as populações africanas, porém a pouca concretização da formação eclesial em Angola se deu devido ao aumento do volume do comércio de escravos, e, por conseguinte, ao preconceito (BOXER, 2007, p.18-19; MARCUSSI, 2012, p.54). Para suprir a carência por padres naturais da terra, os Jesuítas assumiram a formação dos religiosos autóctones e inauguraram o Colégio da Companhia de Jesus em 1618 (LACERDA, 2016, p.221). No entanto, os jesuítas davam aos seminaristas educação rasa, ou seja, eles formavam o clero menos instruído do que os religiosos formados nos seminários fora de Angola.

Os principais frequentadores das escolas de formação de padres em Luanda eram filhos de sobas (liderança africana) ou filhos de comerciantes luso-africanos ou africanos (MARCUSI, 2012, p.51). A formação de religiosos garantia status aos seminaristas. Muitos dos comerciantes de escravos financiavam a instituição e colocavam um de seus filhos, geralmente o mais novo, para se tornar religioso, como parte da demonstração de prestígio e ascensão social (BOXER, 2007, p.19-20). O padre Lourenço foi um deles: formado em Luanda, foi cônego pela Irmandade de São Pedro; seu pai era comerciante de escravos e tornou-se parte da elite luso-brasileira e luso-africana.<sup>1</sup>

O presente artigo visa retratar o caso do Padre Lourenço da Costa de Almeida e sua família para, a partir dele, compreender a dinâmica familiar, as conexões culturais e o envolvimento dos religiosos no comércio de escravos.

### **Padre Lourenço da Costa de Almeida**

Para demonstrar o envolvimento do padre e seus familiares no comércio de escravos em Angola, analisaremos as relações deste religioso pelo seu testamento e outros documentos. Estes são: o processo de herança, o processo de habilitação (este ocorre quando um sujeito solicita a herança que lhe foi designada e precisa provar que ele é a pessoa citada), no documento de partilha do seu sobrinho Rodrigo da Costa de Almeida e na carta de mercê dele. Estes encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino e fonte publicada sobre os seus familiares na obra *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antonio da Santa Maria Jaboatão*, de Pedro Calmon que comenta sobre a família do Padre, suas posses e mercês.

---

<sup>1</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

O padre Lourenço da Costa de Almeida foi do clero “natural” de Angola, nascido na região, filho de pais portugueses. Seu testamento, registro arquivado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, data de 1752.

Ele viveu em Angola na primeira metade do século XVIII, período de grandes mudanças na África Central Ocidental. A região foi o centro do comércio de escravos no Atlântico Sul: estima-se que saíram da região aproximadamente 4.875.000 escravos, número que equivale a 44% de todo o comércio atlântico (MILLER, 2002, p.67). Desse total, a maioria saiu do porto mais importante ao sul da linha do equador do período, Luanda. O porto, no século XVIII, tornou-se a cidade mais populosa da África Central Ocidental, com maior número de europeus e com o maior volume em exportações de escravos.

No século XVIII, o comércio de escravos estava consolidado na faixa costeira e de forma precária nas redes/parcerias com o sertão, e em plena expansão. Na segunda metade do mesmo período, o volume de escravos aumentou, assim como as trocas culturais e sociais. O crescimento econômico do mercado escravista possibilitou o aumento de fortunas e facilitou a inserção de novas famílias que chegavam a Angola.

O envolvimento de indivíduos participantes da Igreja Católica no comércio de escravos é visto em vários níveis: alguns poderiam participar como intermediários do comércio do interior e agir “diplomaticamente”, buscando a manutenção de relações com as elites. Elias Corrêa, militar luso-brasileiro que viveu em Angola e escreveu *História de Angola*, na segunda metade do século XVIII, comenta sobre a participação de padres no comércio:

Estes clérigos ambulantes, comissários do seu próprio cabedal; ou porque tenham achado esquisito gosto pelo comércio que praticão; ou porque o temor da morte que apresta o clima em regulares estações os constanja a ter pouca demora nele; não se atrevem a adquirir Curado, ou Benefício de Igreja. As dos Certoens, inculcando vistas de interesse aos espíritos ambiciosos; nem por isso os convida a pertende llas; mas seria bonita punição encomendar-lhas. (CORRÊA, 1937a, p.100).

Segundo Lacerda, em 1692, o governador da região relatou que ocorriam muitas falhas de conduta dos capelães, “pardos e naturais deste Reino”. Ele ainda afirma que não cumpriam com seus deveres religiosos, e o principal defeito deles era a participação no comércio de escravos (2016, p.221). Existem vários comentários sobre a participação de clérigos no comércio de escravos, entretanto há poucas pesquisas sobre a atuação desses indivíduos e sua identidade.

O padre filho da terra, Lourenço, nasceu em Angola. Nos registros de sua morte e em seu testamento não há menção à data de seu nascimento e à sua idade. Sabemos que ele escreveu seu

testamento em 1748 e que o processo de solicitação e habilitação de sua herança pelo sobrinho, o provedor da Alfândega da Bahia Domingos da Costa de Almeida, foi concedido em 1752.

A família do padre Lourenço inicia sua trajetória em Angola com a mudança de seu avô, Domingos, para a região. Ele foi para a África com sua mulher e filhos. É um exemplo da mobilidade social dos recém-chegados em terras africanas. Domingos da Costa de Almeida foi para Luanda servir o exército e alcançou ascensão social na África por meio do comércio de escravos.<sup>2</sup>

Como muitos homens do mar em fora, eram chamados assim, pois, iam para Angola em várias situações - como degredados, militares, religiosos -, mas boa parte chegava a terras africanas com o mesmo objetivo de comercializar escravos. No continente, eles estabeleciam relações com mercadores locais e as chefias africanas, caso resolvessem adentrar o interior angolano. A maioria dos homens do mar em fora era composta por negociantes e militares que começavam suas carreiras como voluntários nos exércitos. Os homens do mar em fora, como o avô do padre Lourenço, eram recém-chegados em Angola que comerciavam ou iam para a África para iniciar um negócio.

Ele iniciou uma carreira militar com rápida ascensão social. Ao final da vida, foi coronel e escrivão proprietário da Fazenda Real, cargo exercido pelos poucos letrados de Luanda e que dava remuneração e prestígio na cidade.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo que exercia esses ofícios, Domingos fez fortuna com o comércio de escravos, o que garantiu a ascensão de sua família na elite luso-africana de Angola e na luso-brasileira da Bahia, como será apresentado a seguir.

O pai do padre Lourenço, o tenente Rodrigo, nasceu em Faro, Portugal e, como muitos luso-africanos, ascendeu na carreira militar e foi comerciante de escravos, inserindo-se na elite de Luanda:

Serviu em Angola sete anos, de 1687 a 1694, capitão-mor da província de Lobolo, tenente-general de artilharia, provedor da fazenda, “com muito zelo e desvelo”. Mandava suprimentos às fortalezas “em embarcações suas sem despesas da fazenda real”, e nelas foram de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia muitos soldados. “sem frete”. Deu 4 mil escudos à Santa Casa de Luanda, de que era provedor; recebeu em 1688, o hábito de Santiago transformado no de Cristo com tença de 50\$ para a filha D. Maria. A mulher, D. Ana Duque, era de Luanda, filha de João Duque Estrada, capitão de Traz os Montes, T.T., **Genealogias Manuscritas**, v. 30, arv. 71 v. Na Bahia fora soldado e alferes, capitão da guarda do governador Alexandre de Souza Freire, 5 de janeiro de 1671, **Doc. Hist.**, v. 61, p. 214, que renunciou em seu benefício o lugar de provedor da alfândega, 7 novembro de 1713, **Doc. Hist.**, v. 24, p. 94. (CALMON, 1985, p.106).

<sup>2</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

<sup>3</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53; AHU, cx. 37, doc. 53.

As embarcações de Rodrigo circulavam por todo o Atlântico Sul. O dinheiro de sua folha de partilha, comentado pelo seu filho, o padre Lourenço, estava espalhado em Luanda, Lisboa, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.<sup>4</sup> A ligação da família do tenente Rodrigo com a elite luso-brasílica, principalmente na Bahia, fê-lo mudar com o primogênito Domingos para a cidade brasileira, deixando alguns de seus filhos, como o padre Lourenço, em Angola, para controlar a margem africana, parte importante dos seus negócios. Em Salvador, ele integrou a guarda do governador e ocupou o cargo de provedor proprietário da Alfândega da Bahia, ofício que era ocupado por poucos, indicando a ascensão da família luso-africana em terras brasileiras (CALMON, 1985, p.106).

Rodrigo fazia parte da elite de Luanda e da Bahia, podendo ser chamado de nobre. Como os moradores das regiões de influência de Portugal, a exemplo do Brasil e de Angola, não tinham condições de se inserir na nobreza natural ou hereditária, eles buscavam várias maneiras de participar da nobreza civil. Para isso, algumas instituições serviam na formação de nobres regionais, como a fidalguia real, os hábitos e comendas das três ordens, familiatura do Santo Ofício, cargos oficiais, tropas pagas e cargos municipais (SILVA, 2005, p.8). Rodrigo acumulou vários desses elementos de constituição de nobiliatura civil em Angola e na Bahia. Ele foi proprietário do cargo de escrivão da Fazenda Real em Angola e provedor proprietário da Alfândega da Bahia, cargos de distinção na lógica dessas regiões.

Havia duas maneiras de ocupar um cargo da Fazenda Real, serventia ou propriedade (SILVA, 2005, p.81-82). O tenente foi proprietário de dois cargos da Fazenda Real. Significava que estes poderiam ser transferidos aos seus descendentes, como ele fez com o cargo de escrivão, que foi passado por gerações para seus filhos e parentes de Angola. O seu genro, doutor Manoel Antunes de Almeida, casado com dona Maria de Almeida, recebeu o ofício de escrivão da Fazenda Real de Rodrigo.<sup>5</sup> Seu cargo de provedor da Alfândega também perdurou em sua família, sendo ocupado pelos seus filhos, neto e bisneto (CALMON, 1985, p.106-107). Outro elemento de ascensão social em Angola e na Bahia foi a sua inserção como provedor da Santa Casa de Misericórdia de Angola. Na Bahia deste período, segundo Vasconcelos (1997, p. 22), esta irmandade era a mais prestigiosa e, geralmente, seus provedores eram homens de negócios.

A obtenção por Rodrigo do hábito de Santiago e da Ordem de Cristo pode ser considerada a consagração da inserção da família nas elites luso-africana e brasileira. A habilitação nas ordens de Cristo, de Santiago e de Avis foi importante no período moderno para a construção de uma ideia de

<sup>4</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

<sup>5</sup> ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f. 112-112v; AHU, cx. 37, doc. 53.



nobreza civil nas regiões de influência portuguesa (SILVA, 2005, p.16). Existiam duas maneiras de se adquirir um hábito das ordens militares: “por via da graça”, em que o rei concedia a um nobre natural a mercê, e “por via da justiça”, a mais comum, em que um civil requeria a ordenação (OLIVAL, 2001, p.22).

Rodrigo solicitou a habilitação na justiça – o processo era longo, burocrático e caro. Antes de 1750 o candidato deveria preencher alguns requisitos, como limpeza de sangue, que significava não ter familiares cristãos-novos (OLIVAL, 2001, p.56; SILVA, 2005, p.100). Outro deles era não ser filho nem neto de “mecânico”, pessoa que exercia trabalhos manuais, como sapateiro, cozinheiro, entre outros - essa categoria era complexa, pois durante o tempo se alterou (SILVA, 2005, p.20-28; OLIVAL, 2001, p.57). O candidato que solicitava a habilitação das ordens poderia fazê-lo de acordo com o serviço prestado à Coroa – eram militares com mais de oito anos de serviço prestado e não poderiam ter problemas com a justiça (SILVA, 2005, p.78; OLIVAL, 2001, p.119). Para provar que se encaixavam nessas categorias principais, os requerentes iniciavam o processo via Conselho Ultramarino, que avaliava a requisição e dava o seu parecer ao rei. Este, geralmente, seguia o parecer do Conselho e encaminhava o processo para a Mesa da Consciência, que analisava a conduta e genealogia dos requerentes. Na petição, tinham de provar a veracidade por meio de testemunhas e documentos (SILVA, 2005, p.79-80; OLIVAL, 2001, p.108-109).

Ter o hábito das ordens militares garantia *status* de nobre, privilégios na justiça, isenção de impostos e alguns recebiam uma tença, pensão. Na Bahia, região em que Rodrigo residia quando recebeu suas habilitações, as ordens eram desejadas por vaidade, o que não causou ônus na Coroa portuguesa, pois facilitava a concessão de mercês honoríficas em vez de pecuniárias, que exigiam da Fazenda Real. Poucos recebiam a Ordem de Santiago. Na Bahia, antes de 1706, havia 22 pessoas; entre elas, estava o pai do padre Lourenço. O baixo número de portadores do hábito dessa ordem não era pela dificuldade de recebê-la, mas pela falta de interesse (SILVA, 2005, p.114). Posteriormente, Rodrigo recebeu a habilitação de Cristo, a mais disputada e valorizada.

Nota-se a mobilidade social de Rodrigo, pai do padre Lourenço, sua ascensão e de sua família em uma elite baiana e angolana. Essa representatividade nas duas margens do Atlântico também evidencia a sua mobilidade geográfica. Sua família ficou dividida entre as margens. Segundo Vasconcelos, os comerciantes da Bahia mantinham essa mobilidade geográfica por intermédio de suas parcerias nas várias regiões do comércio escravista (1997, p.12). Lourenço e sua irmã, já citada dona

Maria, ficaram encarregados dos negócios da família em Angola, enquanto o pai e o irmão residiam em Salvador e controlavam seu comércio.

O casamento de Rodrigo também compõe um elemento importante na vida da elite luso-africana. Seus membros utilizavam-se dos casamentos para estabelecer relações sociais e comerciais. A escolha de uma noiva cuja família já estava inserida no comércio de escravos era essencial para ascender socialmente em Luanda. Rodrigo casou-se com D. Ana Duque, nascida em Luanda, filha de um capitão de Trás-os-Montes, interior de Portugal, provavelmente comerciante de escravos na região. Dona Ana Duque teve quatro filhos, além da já citada dona Maria de Almeida, o padre Lourenço e o primogênito Domingos. A outra irmã do padre Lourenço foi a madre Maria da Costa de Almeida, que viveu no convento de Santa Clara, na Bahia.<sup>6</sup>

O convento de Santa Clara do Desterro da Bahia foi o primeiro convento feminino fundado no Brasil, em 1677, e logo tornou-se retrato do mundo secular da Bahia e repositório das mulheres da elite baiana (SOEIRO, 1974, p.210). Colocar uma filha no convento era demonstração de *status* e ascensão social da família. A maioria das famílias ricas, principalmente as de comerciantes e senhores de terras, colocava suas filhas na instituição. A mulher deveria cumprir alguns requisitos, como pureza de sangue, ser batizada, e sua família deveria arcar com taxa alta para a manutenção da moça no convento de Santa Clara (SOEIRO, 1974, p.214). Havia alguns motivos para colocar a filha na instituição: religiosidade, tradição familiar e, o mais importante, a manutenção da pureza da mulher que, devido à falta de bom casamento, deveria manter-se casta para não alterar o *status* da família (SOEIRO, 1974, p.218-219). Ter parentes no convento facilitava a aquisição de crédito, a inserção em irmandades e ordens. Rodrigo, neto do já comentado tenente homônimo, teve três irmãs no convento, o que facilitou a obtenção de créditos para negócios (SOEIRO, 1974, p.223-224).

O primogênito da linha sucessória de Rodrigo e dona Ana Duque, também nascido em Luanda, Domingos, serviu no exército em Angola por 20 anos. Mudou-se para a Bahia, onde se tornou provedor da Alfândega no lugar de seu pai (CALMON, 1985, p.106). Ele também adquiriu o hábito da Ordem de Cristo e, como seu pai, colocou três de suas quatro filhas no convento de Santa Clara.

O filho de Domingos também foi chamado Rodrigo da Costa de Almeida, nome de seu avô e pai do padre Lourenço. Nascido na Bahia, foi descrito como homem de negócios e importação.<sup>7</sup> A partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu valorização do comércio de grandes volumes e o

<sup>6</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

<sup>7</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral Habilitações, Rodrigo, mç. 4, doc. 62.

termo negociante começou a ser utilizado, alterando o sentido da palavra mercador (PEDREIRA, 1992, p.411-412). O termo negociante, a partir do século XVIII, referia-se aos comerciantes de grandes volumes e ultramarinos, com grande variedade de negócios, e a parcela da elite (PEDREIRA, 1992, p.413; 1996, p. 358). Essa alteração no termo foi parte da valorização do comércio: ser chamado de homem de negócio significava participar da elite de negociantes que poderiam se enobrecer. A trajetória do negociante foi descrita da seguinte maneira:

Rodrigo da Costa de Almeida, II, Nasceu na Bahia, batizado a 17 de maio de 1717 na freguesia de São Pedro, padrinhos o avô e homônimo e D. Joana Cavalcanti, mulher do desembargador Joseph de Sá de Mendonça (disse, requerimento a habilitação à Ordem de Cristo, **T. T.**, m. 1, n. 5, que obteve a 3 de novembro de 1751). Familiar do Santo Ofício a 27 de junho de 1756, **T. T., Fam.**, m. 4, n. 62, Irmão da Santa Casa em 1759, **L. de Irmãos**, 4, fl. 229, duas vezes vereador, membro de número da Academia Brasílica dos Renascidos, ao lado do cunhado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Intendente de marinha e armazéns reais, em cujo exercício ainda estava em 1778, foi, como o pai e o avô, Provedor proprietário da Alfândega da Bahia. Casando a filha única, passou “com toda a sua casa” para os Reinos. (CALMON, 1985, p.107).

O negociante e senhor de engenho da Bahia também adquiriu vários cargos e fez parte de instituições que demonstravam a sua participação na elite local. Como seu pai e avô, foi provedor proprietário da Alfândega e adquiriu o hábito da Ordem de Cristo. Tornou-se irmão da Santa Casa da Bahia, outra importante instituição na nobilitação e nos *status* dos comerciantes de escravos (VASCONCELOS, 1997, p.22). Ocupou o cargo de vereador no Senado da Câmara Municipal da Bahia, outro elemento de ascensão social (SILVA, 2005, p.146).

Outro ofício de ascensão social que exercia Rodrigo foi o de familiar do Santo Ofício. Segundo Silva:

Eram os familiares do Santo Ofício que informavam o comissário local sobre os casos que pertenciam à jurisdição inquisitorial, ao mesmo tempo, que se encarregavam de todas as diligências determinadas por aquele representante eclesiástico do Santo Ofício. Quando a prisão dos suspeitos era acompanhada do sequestro de bens, deviam os familiares mandar chamar imediatamente o Juiz de Fora, ou o Juiz Ordinário, para que fosse inventariar os bens do preso” (2005, p.160).

Os critérios para a escolha de familiar do Santo Ofício eram: ter pureza de sangue, saber ler e escrever, ser capaz de fazer averiguações secretas e, o mais importante, possuir fortuna, pois se exigia que o familiar viajasse para acompanhar casos (SILVA, 2005, p.161). A participação como familiar do Santo Ofício não dava caráter nobre aos participantes; no entanto, garantia prestígio social e a constatação de alta renda. Rodrigo, ao ser integrante dessa instituição, garantia para a sociedade a sua distinção social.

A participação de Rodrigo na Academia Brasílica dos Renascidos da Bahia foi parte da demonstração de prestígio e ascensão social. Criada em 1759, essa instituição visava a elaboração da história da América portuguesa nos moldes da Academia Histórica Portuguesa. Ambas as academias buscavam demonstrar a legitimidade da ocupação dos portugueses nas suas regiões de influência, principalmente no Brasil (PESSOTI, 2008, p.5-6). Rodrigo estava entre os 40 membros numéricos, ou seja, participantes efetivos que deviam apresentar monografias sobre variados temas (LAMEGO, 1923, p.13). O provedor da Alfândega também esteve na reunião de fundação da Academia, em 19 de maio de 1759, e permaneceu nela durante seu curto tempo de atividades, até 10 de novembro do mesmo ano, quando o fundador e diretor, José Mascarenhas, foi preso por não cumprir ordens para expulsar os jesuítas da região (LAMEGO, 1923, p.116; PESSOTI, 2008, p.8).

A Academia dos Renascidos da Bahia tinha entre os seus integrantes oficiais da administração religiosos, juristas e nobres. Exigia-se que os integrantes fossem bons oficiais, com capacidade para obter conhecimentos teóricos, fazer parte da elite e, em alguns casos, ser nobre (MORAES; NASCIMENTO; SILVA, 2010, p.57). A participação de Rodrigo nessa instituição lhe dava *status* de letrado, o que aumentava seu prestígio e sua ascensão social.

Os negócios da família do padre Lourenço se espalharam em ambas as margens do Atlântico. Sua relação com o comércio iniciou-se com o envolvimento de seu avô no comércio em Angola e atravessou as gerações, envolvendo os descendentes de seus irmãos. A empresa familiar tornou-se proeminente tanto nas margens de Angola, onde ocuparam cargos de alta relevância, como escrivão da Fazenda Real, como no Brasil, onde as gerações ocuparam o cargo de provedor da Alfândega da Bahia. Esses indivíduos fizeram parte da construção de uma comunidade atlântica com conexões em ambas as margens do oceano e influência em quase todas as regiões lusófonas.

Rodrigo, sobrinho do padre, entrou com o processo de requisição da herança que o clérigo concedeu a seu irmão. No documento, o padre Lourenço deixou vários indícios de sua relação com o comércio de escravos em Luanda. O primeiro elemento demonstrativo foi a declaração de Lourenço da Costa, em seu testamento, afirmando que tinha juro na Junta do Comércio, em Lisboa. Segundo o padre:

Em Lisboa na Junta do Comércio e hoje no Conselho da Fazenda tenho a juro como consta da minha folha de partilha dois contos de réis cento e cinquenta e seis mil réis duzentos e quarenta e sete réis na mão de Francisco Velho da Costa em Lisboa os

juros vencidos deste dinheiro que por cartas e mais documentos consta estarem cobrados.<sup>8</sup>

A Junta do Comércio de Lisboa substituiu a Confraria do Espírito Santo da Pedreira, irmandade fundada no século XV que reunia os mais ricos e “honrados” mercadores de Lisboa. Pombal, em sua política econômica, suprimiu a confraria e instituiu a Junta do Comércio de Lisboa, em 1755, posteriormente alterando o nome desta para Conselho da Fazenda, como afirma o padre Lourenço na citação anterior. Segundo Pedreira: “com efeito na nova instituição, que é entendida como uma “Junta de homens de negócio”, apenas estão representados os “homens de negócio estabelecidos com cabedal e crédito nas praças de Lisboa, ou do Porto” (1992, p.413).

Ter dinheiro em instituição como esta significava participar de grupo seletivo de comerciantes de “grosso modo”, ou seja, que se incumbia de altos volumes comerciais de exportação. Os membros da Junta do Comércio tinham algumas facilidades na obtenção de crédito e isenção de impostos para o comércio (PEDREIRA, 1992, p.412-414).

Para se aplicar dinheiro na Junta do Comércio de Lisboa, devia-se estar envolvido com o comércio ultramarino ou de abastecimento em Portugal, ou seja, era necessário comerciar grandes volumes. O autor comenta que o volume comercial dos negociantes era tão elevado que eles tinham aplicados na Junta entre 2 e 65 contos de réis cada um (PEDREIRA, 1992, p.421). Portanto, quando o padre Lourenço comenta em sua folha de partilha que tem juros na Junta Comercial de Lisboa, isso significa que o clérigo e sua família tinham dinheiro aplicado nessa instituição, mesmo por meio do nome de outra pessoa. Ele somente poderia estar com dinheiro ali devido ao seu envolvimento com o comércio de grande volume ultramarino.

As relações do padre Lourenço também revelam o homem proeminente em Angola, e sua rede de influência pode ser percebida pelo seu testamento. O padre demonstra essa influência por meio dos nomes citados – tanto os dos testamenteiros, como quanto os das pessoas a quem ele deixa a sua herança. Conforme sinalizado anteriormente, em um primeiro momento, serão evidenciados os testamenteiros, os quais são basilares para o entendimento das redes formadas. Os testamenteiros eram pessoas de confiança e prestígio escolhidas para a tarefa, pois, eles ficariam responsáveis pela partilha e cumprimento do testamento, garantindo a cobrança das dívidas e distribuição das rendas e terras. Assim, quanto mais proeminente os testamenteiros maior era a demonstração de prestígio do testador.

---

<sup>8</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 5v.

Muitos recusavam, pois se tratava de uma incumbência difícil, a qual poderia levar anos, e por isso escolhia-se mais de um nome.

Padre Lourenço solicita que três pessoas cuidem de seus pertences: a primeira, o tenente-coronel Paulo Domingues Vila Nova; a segunda, o tenente-general da Artilharia do Reino de Angola José Correia Leitão, filho do também tenente João Teixeira Leitão – a sua patente foi concedida em 1719.<sup>9</sup> O último testamenteiro era o capitão da fortaleza de Santo Amaro, em Angola, Custódio Simões da Silva.<sup>10</sup>

Todos os testamenteiros foram militares de alta patente em Angola, o que demonstra relação próxima do padre com pessoas da alta sociedade da região de Luanda e do interior. Ocorria relação direta entre os capitães-mores e os militares. Geralmente, especializavam-se também no comércio de escravos. Seus pagamentos eram efetuados em mercadorias, como tecidos, farinha e aguardente, principais produtos de troca com os africanos. Isso facilitava a inserção dos capitães-mores no comércio de escravos. Mesmo com a proibição da participação dos militares no comércio de escravos no interior de Angola, em 1765, eles permaneceram envolvidos com o mercado de homens em Angola (CÂNDIDO, 2006, p.85).

A respeito da distribuição dos bens do padre Lourenço, começando pelo Brasil, deixou a maioria do seu dinheiro para seu irmão Domingos, provedor da Alfândega da Bahia.

Declaro que no Brasil na mão de meu irmão o senhor Domingos da Costa de Almeida param vinte e nove contos, quinhentos quarenta mil duzentos noventa e cinco réis, e deste deixo na conta do meu irmão quatorze contos e setecentos trinta mil novecentos e quarenta e sete réis.<sup>11</sup>

O padre deixou o dinheiro de Lisboa, na Junta do Comércio, também para o seu irmão. Lourenço declarou que tinha mais de dois contos de réis no Rio de Janeiro, dinheiro que era de seu pai e o padre o herdou, com o capitão Domingos Francisco de Araújo, já falecido, deixando-o para a viúva do capitão. O padre cobrou dívidas de Francisco Casado de Lima, que vivia em Pernambuco, deixando a quantia para sua sobrinha dona Ana de Almeida.

Em Angola, o capitão Francisco Antônio Roberto, filho do desembargador e ouvidor do Reino de Angola Gaspar da Silva Reis, herdou do padre duas escravas. O clérigo deixou propriedades de terras nos arredores de Luanda, chamadas arrimos. Essas terras eram responsáveis pelo abastecimento

<sup>9</sup> ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f. 437.

<sup>10</sup> ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f. 399v.

<sup>11</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 5.

de produtos alimentícios à cidade, situando-se em redor de Luanda e ao longo dos rios. Selma Pantoja remete sua origem à fase inicial de apropriação das terras pela guerra e acordos feitos pelos sobas (PANTOJA, 2001, p.37-38; FERREIRA, 2012, p.135). A escrava Izabel Conceição recebeu a alforria, herdou dinheiro para o seu casamento e dois arrimos no Bengo, com todos os escravos e objetos de valor que existiam dentro das propriedades. Para a mãe dela, Felipa Ribeiro, o padre deu a carta de alforria, um terreno em Guinby e dois outros em Sacle.<sup>12</sup> Esta prática era comum em Angola: comerciantes, militares e religiosos deixavam suas heranças para as escravas e libertas, geralmente, os arrimos (PANTOJA, 2001, p.38).

Além das terras, o padre Lourenço deixou para Izabel Conceição e Felipa Ribeiro vários escravos, em sua maioria de ganho, ou seja, escravos que tinham ofício definido prestavam serviços para outros moradores e a remuneração ia para seu senhor. O religioso tinha mais quatro carpinteiros, dois barbeiros, um cozinheiro, um sapateiro e um ferreiro. O barbeiro era uma espécie de cirurgião que fazia sangramentos e tentava curar as pessoas. Era um ofício bem específico e mais frequentemente ocupado pelos africanos, pois estes eram considerados mais especializados que os brancos (FERREIRA, 2012, p.131-132).

Como em todas as cidades do Atlântico, em Luanda o escravo era amplamente utilizado e era responsável por uma série de serviços. O valor de um escravo com ofício específico era alto, pois este tinha habilidade que poucos exerciam. Eram comuns reclamações sobre a falta de carpinteiros, barbeiros e, principalmente, trabalhadores para os ofícios relacionados com a construção civil. Portanto, ter escravos deste gênero dava lucros ao dono.

O padre Lourenço fez parte de uma família luso-africana e atlântica. Os seus parentes tinham negócios espalhados por Brasil, África e Portugal. Tornaram-se prósperos no comércio de escravos e outros negócios, como produção agrícola e abastecimento. As pessoas com quem ele se relacionava também compuseram a elite escravista de Luanda, o que aproximou o padre Lourenço do comércio de escravos. A herança que ele herdou, assim como as terras, são consequência da ascensão da sua família por intermédio do comércio de escravos em Angola.

### **Considerações Finais**

O funcionamento do comércio de escravos no Atlântico foi muito além dos comerciantes e seus navios: envolvia indivíduos de todos os setores da sociedade de Angola e das margens do

---

<sup>12</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 7-7v.

Atlântico, e entre esses encontravam-se os padres. A análise do envolvimento dos religiosos e seus familiares com o comércio de escravos demonstra como as relações eram estabelecidas no Atlântico, assim como a participação deles em ordens religiosas, cargos públicos e outros títulos que demonstravam a ascensão social da família e dos comerciantes. Pensar nas atuações desses sujeitos no comércio de escravos é entender relações complexas e compreender a história do Atlântico e do comércio de escravos pela mobilidade e participação de sujeitos variados na composição da história.

### Documentos Manuscritos

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). **Testamento Padre Lourenço da Costa de Almeida**. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

ANTT. **Registro Geral de Marcês**, Mercês de D. João V, liv. 32, f. 399v.

ANTT. Carta Patente. Tenente-Geral da Artilharia do Reino de Angola, **José Correia Leitão**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f. 437.

ANTT. Testamento **Rodrigo da Costa de Almeida**. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral Habilitações, Rodrigo, mç. 4, doc. 62.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Solicitação de **D. Ana Dionizia Duque de Almeida**, filha de **Manuel Antunes de Almeida**, para que o cargo de Escrivão da Fazenda Real de Angola permaneça em sua família. Angola, cx. 37, doc. 53.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVA, S. U. Aspectos ideológicos, doutrinários, filosóficos, religiosos e políticos do comércio de escravos. In: UNESCO. **O comércio de escravos negros, séc XV – XIX**. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 19-38.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAILYN, Bernard. The idea of atlantic history. *Itinerario*, v. XX, n. 1, p. 19-44, 1996.

BAILYN, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2005.

BAILYN, Bernard. (Ed.). *Sounding in atlantic history*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

BOXER, C. R. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALMON, Pedro. **Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antonio da Santa Maria Jaboatão**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. v. 1.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. **Enslaving frontiers: slavery, trade and identities in Benguela 1780-1850**. Tese (Doutoramento)–York University, Programa de Pós-Graduação em História, Toronto, jul. 2006.



- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa, 1937a. v. 1. (Série E-Império Africano-Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa).
- FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural exchange in the atlantic world: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. The present state of atlantic history. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Atlantic history: a critical appraisal**. New York: Oxford University Press, 2009.
- LACERDA, Teresa. A Formação de um Clero Nativo no Padroado Português (Séculos XV-XVIII). Dinâmicas de uma História Intercultural? In: LARCHER, Maria Madalena Oudinot (coord.), MATOS, Paulo Teodoro de (coord.). **Cristianismo e Império Conceitos e Historiografia**. Lisboa: CHAM, 2016.  
Ebook:[https://run.unl.pt/bitstream/10362/23950/1/CHAM\\_eBooks\\_D1\\_Cristianismo\\_e\\_Imp\\_rio.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/23950/1/CHAM_eBooks_D1_Cristianismo_e_Imp_rio.pdf) acessado em: 02/11/2018
- LAMEGO, Alberto. **A Academia Brazilica dos Renascidos: sua fundação e trabalhos inéditos**. Paris: L'edition d'art gaudio, 1923.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII. **Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, v. 4, n. 2, p. 38-62, ago./dez. 2012.
- MILLER, Joseph C. **Way of death: merchant capitalism and the angolan slave trade 1730-1830**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.
- MIRA, João Manuel Lima. **A evangelização do negro no período colonial brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de; NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SILVA, Marcela Verônica. Formalidade, representação e linguagem nas academias brasílicas. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, GEFÉFIL, ano 16, n. 48, p. 51- 62, set./dez. 2010.
- OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1614-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.
- PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos: Angola no século XVIII. **Caderno de Pesquisa do CDHIS: Revista do Centro de Documentação em Pesquisa de História**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 375-389, jul./dez. 2010b.
- PANTOJA, Selma. João Teixeira de Carvalho, ou comment être un anti-héros en Angola? Dix-Huitième Siècle, Paris, **La Découverte**, n. 44, L'Afrique, p. 61-77, 2012.
- PANTOJA, Selma. Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séc. XVIII e XIX). In: PANTOJA, Selma (Org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 35-49.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVII, n. 116-117, p. 407-440, 1992.
- PESSOTI, Bruno Casseb. Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista. In: **Encontro Internacional de História Colonial, II. Anais...** Mnem- Revista de Humanidades, UFRN, v. 9, n. 24, set./out. 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **MNEME**, Caicó, UFRN, v. 7, n. 16, jun./jul. 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOEIRO, Susan. The social and economic role of the convent: women and nuns in colonial Bahia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 54, n. 2, p. 209-232, May 1974.

THORNTON, John. **African and africans in the making of the atlantic world, 1400-1800**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “Idade de Ouro” de Salvador. **Revista Território**, v. 1, n. 2, p. 62-76, 1997.